

Bárbara Oliveira Marguti (graduanda, babimarguti@yahoo.com.br) e Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias (orientador, lindon@ige.unicamp.br)

Apoio:



DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Palavras-chave: Geoprocessamento, Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), Paulínia.

Inserido na Região Metropolitana de Campinas, o município de Paulínia, após sua emancipação em 1964, teve seu contingente populacional mais que sextuplicado em apenas quatro décadas, fato que promoveu a expansão da mancha urbana e o crescimento em direção às áreas periféricas da cidade.

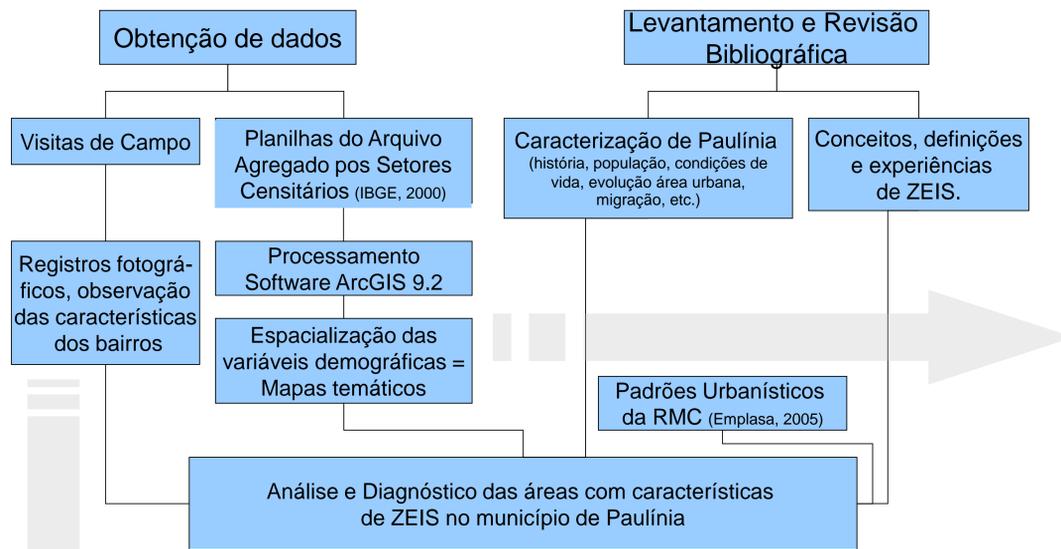
Neste município, a ocupação da terra urbana deu-se predominantemente através da expansão horizontal da malha urbana, separada muitas vezes por extensas áreas vazias, que aguardam a valorização, agravando problemas como a especulação imobiliária e o processo de segregação do espaço urbano.

Com o intuito de alterar esses processos, vigentes na maioria das grandes cidades brasileiras, surgem as ZEIS, instrumento dos Planos Diretores Municipais já utilizado por diversos municípios brasileiros, cuja implementação implica na ampliação da oferta de terras para a população menos favorecida, o direcionamento de políticas que objetivam melhorar as condições de infraestrutura urbana, a redução da pressão que os agentes mais influentes exercem sobre a terra urbana através da especulação, a regularização fundiária de terrenos e a participação ativa dos moradores no processo de produção do espaço em que habitam.

A partir da análise dos dados censitários e informações coletadas em campo, essa pesquisa buscou identificar e caracterizar áreas com possíveis características de ZEIS no município de Paulínia.

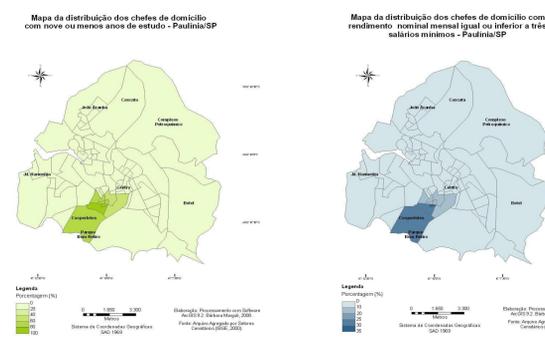
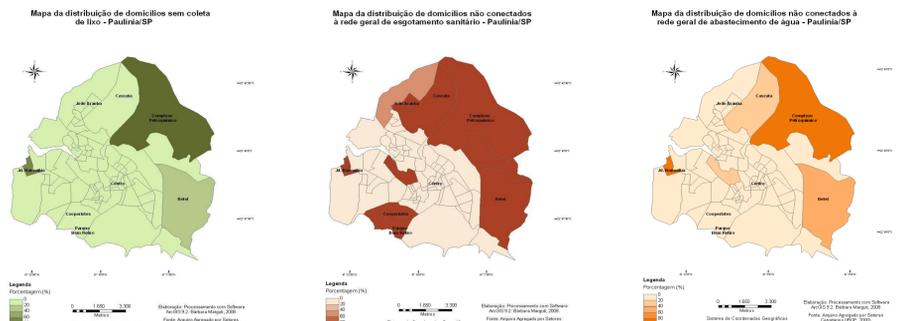
INTRODUÇÃO

MATERIAIS E MÉTODOS



RESULTADOS

Foram obtidos como resultados os mapas, produzidos a partir da espacialização das variáveis demográficas, e a definição das principais deficiências e necessidades das diversas áreas do município. As análises permitem dizer que as principais deficiências existentes no município de Paulínia são referentes à disponibilidade de infra-estrutura de saneamento. Os casos mais alarmantes encontram-se nos bairros Bom Retiro, Cooperlotes e Jardim Harmonia, os quais apresentam padrão de moradia característico de populações de baixa renda, configurando um grande contraste com as demais áreas do município. Atenção especial deve ser dada para essas porções do território paulinense, para tanto é imprescindível a utilização dos instrumentos do planejamento urbano que, dentre outras atribuições, orientam as ações voltadas para as áreas que necessitam de intervenções específicas.



Mapas Temáticos



CONCLUSÕES

Como apresentado na caracterização das áreas do município, torna-se claro que, assim como previsto pelo Plano Diretor, devem ser implantadas as ZEIS em Paulínia, pois, além de cumprir com os incisos existentes na Lei, promoveria o reconhecimento da diversidade das ocupações existentes na cidade, aumentaria a arrecadação no município, no caso de terrenos que devam ser regularizados, possibilitando também a construção de uma legalidade que corresponda a esses assentamentos estendendo, assim, o direito de cidadania a seus moradores.

Por fim, este trabalho visa contribuir com o início das discussões acerca do estabelecimento de ZEIS no município de Paulínia, apontando áreas onde a ação do instrumento promoveria melhoria significativa das condições de vida da população instalada atualmente. São também áreas que ainda receberão moradores e que, portanto, necessitam de um planejamento adequado no que se refere à oferta de serviços urbanos básicos visando a não exclusão dessas áreas do tecido urbano. Tendo sido tratada apenas a categoria de ZEIS que engloba as áreas já ocupadas e que necessitam de melhorias, este trabalho aponta a necessidade do aprofundamento das discussões e estudos a respeito das condições fundiárias dos imóveis e terrenos e da localização de áreas vazias ou subutilizadas que possam ser destinadas ao estabelecimento de empreendimentos de interesse social, sejam habitações ou equipamentos públicos de saúde, educação e lazer, a fim de criar uma reserva de terras, livre da ação especulativa do mercado, para a população de baixa renda.